

Partidos discutem propostas para acordo contra inflação

por Cláudio Kuck
de São Paulo

Os presidentes dos partidos e seus economistas, que se reúnem hoje à tarde sob a coordenação do senador Nelson Carneiro, na busca de um acordo econômico-político-social de emergência para conter a escalada da inflação, já vão discutir uma síntese das várias propostas apresentadas, elaborada pelo senador Fernando Henrique Cardoso.

O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), está otimista e comentou ontem que na primeira semana de agosto um programa concreto já estará pronto, "possibilitando que se faça um grande encontro entre o Legislativo e o Executivo logo depois do final do recesso parlamentar, para aprovar o pacto de emergência através de projeto de resolução do Congresso ou medida provisória do governo".

Tito disse também que está tudo pronto para se chegar a um pacto, porque a classe trabalhadora já está protegida com a aprovação do salário mínimo e da política salarial. Para ele, "na comissão não há discordâncias relevantes, partindo de César Maia do PDT até Delfim Netto do PDS, resumindo-se, tudo em diminuir as despesas e aumentar a arrecadação".

O senador reconhece, entretanto, que a tarefa é difícil, principalmente quanto à adoção de medidas impopulares. Ele explicou que a idéia geral não é cortar subsídios, mas suspendê-los até a posse do novo presidente em março do próximo ano.

Ao examinar as sugestões apresentadas por PMDB, PSDB, PL, PTB, PCB, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fernando Henrique (PSDB-SP) constatou que realmente há muito consenso. "Todos concordam em tese que a situação nacional enfrenta três problemas básicos: inflação acelerada, crise fiscal e do estado, junto com estagnação econômica que podem levar à hiperinfla-

SÍNTESE DAS PROPOSTAS							
	PMDB	PSDB	PL	PTB	PCB	FIESP	CNBB
Política salarial	Setor público gastando até 65% receita. Págo. no mês trabalhado.	Necessidade de política salarial e de empregos				Setor público gastando até 65% da receita.	Salário mínimo compatível e proteção do emprego.
Preços e abastecimento.	Correção de tarifas e preços pub. Controle trimestral CIP	Medidas de controle			Recampar programa de tarifas públicas.	Realinhar preços públicos.	
Política Fiscal — Despesas	Executar débitos. Suspender incentivos até posse. Reduzir prazo recolhimento impostos. Mais fiscalização.	Medidas de austeridade.	Reduzir inv. pessoal e fechar ministérios desnecessários.		Revisar inc. e subsídios. Campanha anti-sonegação.	Apóia cortes subsídios nos limites da Const. Não aumentar gastos públ.	
Dívida pública interna	Garantia aos credores. Limitar juros a 12% ao ano.	Garantia aos títulos.	Reequacionar. Déficit público igual a zero.		Garantia, conversão perfil e teto.	Garantir títulos e controle monetário.	
Dívida pública externa	Resolução do Senado limitando juros a 3% ao ano.		Renegociação via Itamaraty redução transferência rec.		Ênfase da crise. Suspensão remessas.		Prosseguir a auditoria da dívida.
Política Cambial e comercial.	Reajustar para tributar a exportação.	Instituir regras de indexação.			Centralizar. Aumentar reservas p/US\$ 12 bilhões.	Correção de alinhamento realista, liberação progressiva das importações.	
Empresas estatais			Privatização com exceções. Saneamento via ativos e corte de custos.			Venda de imóveis e ativos administrativos.	
Investimentos estrangeiros			Estimular o capital de risco.				
Crise social			Rever pol. da previdência Subsídios a cesta básica e remédios.		Proteção da cesta básica e assegurar valor penido da Previdência.		Plano de custeio e benefício da Prev. garantindo os avanços.
Normas infra-constitucionais.	Leis vitais para a concertação.						Votar leis complementares urgentes 9 prioridades
Moralização do setor público.	Campanha de moralização.		Fim de mordomias e desperdícios.		Criar instâncias formal de diálogo e neg.		
Programa de emergência.			Esforço do CN para deliberação sobre programa.	Pres. Rep. apresenta um programa ao CN em 30 d.		Lei CN com vigência até 30 d. após a posse.	Apelo ao empenho dos partidos.
Eleições:				Declaração formal do Pres. Rep. de neutralidade.			
FGTS. PIS/PASEP					Preservação valor real.	Garantir aplicação específica.	
Indexadores						Assegurar a independência de órgãos responsáveis.	
Empresas privadas						Compromisso de manter invest. c/ recursos próprios.	

Observação: O PDS apresentou apenas sugestões gerais e oralmente. Os sindicatos também, pedindo a derrubada dos vetos presidenciais à política salarial e salário mínimo, o que já foi conseguido pelo Congresso Nacional.

ção e ao comprometimento do processo democrático", escreveu em seu relatório. Para ele, a posterior implementação das propostas poderá ser feita de quatro

maneiras: medidas provisórias, resolução do Congresso Nacional, apresentação pela comissão de projetos de leis complementares e ordinárias vitais para

o pleno sucesso da concertação, além de determinações do Congresso na fiscalização dos atos do Executivo no que diz respeito ao programa de emergência.